



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA
 JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA
 COMARCA DE CASSILÂNDIA-MS

EDITAL DE PRAÇA
PRIMEIRO E SEGUNDO PREGÃO
05 e 17 DE JUNHO DE 2020

O(A) Dr^(a). Flávia Simone Cavalcante, Juiz(a) de Direito do(a) 1ª Vara da Comarca de Cassilândia, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais e na forma do Art. 881 e seguintes do Código de Processo Civil, Resolução nº 236, de 13/07/2016, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Provimento 375, de 23 de agosto de 2016, do CSM/TJMS

FAZ SABER a todos que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, expedido dos autos nº **0002037-47.2015.8.12.0007** - Ação de Cumprimento de Sentença, onde figura(m) **Ministério Público Estadual** como parte autora e **Luceni Quintina Correia** como parte requerida, todos ali devidamente qualificados, que por intermédio do portal www.canaldeleiloes.com, o leiloeiro público oficial nomeado, Dr. Pierre Adri, devidamente inscrito na JUCEMS sob nº 04, levará a público pregão de venda e arrematação na modalidade eletrônica, o(s) bem(ns) abaixo descrito(s), em consonância com as condições de venda em frente aduzidas: - **DO(S) PRIMEIRO E SEGUNDO PREGÃO: No primeiro pregão**, com início no primeiro dia subsequente ao da certidão de afixação do edital em local de ampla publicidade ou da sua publicação, às 15:00 horas (horário de Brasília), e com encerramento previsto para o dia **05 DE junho DE 2020**, às 15:00 horas (horário de Brasília), ocasião em que o(s) bem(ns) efetivamente arrematado(s) será(ão) entregue(s) a quem mais der e melhor lance oferecer em valor igual ou superior ao da avaliação. Caso os lances ofertados não atinjam o valor da avaliação no primeiro pregão, sem interrupção, **um segundo pregão** será imediatamente aberto para lances com encerramento previsto para o dia **17 DE junho DE 2020**, às 15:00 horas (horário de Brasília), ocasião em que o(s) bem(ns) será(ão), entregue(s) a quem mais der e melhor lance oferecer não inferior a 60% (sessenta por cento) do valor da avaliação (Preço Vil), e desde que atendidas todas as demais regras legais e aquelas esculpidas neste edital. - **DESCRIÇÃO DO(S) BEM(NS) - Termo/Auto de Penhora de f. 231. - DESCRIÇÃO: - Imóvel 01: -** Uma gleba de terras com a área de 21,39, 33 has (vinte e um hectares, trinta e nove ares e trinta e três centiares), localizada no imóvel Pântano, denominada Fazenda Mestrinho, neste Município e Comarca de Inocência-MS, dentro dos limites e confrontações especificados na matrícula nº 5.540 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Inocência-MS. - **Imóvel 02: -** Um lote de terreno urbano determinado pelo nº 02, da quadra 07, com a área de 754,452 m2 (setecentos e cinquenta e quatro metros e quatrocentos e cinquenta e dois centímetros quadrados), localizado no Loteamento Jardim Santa Mônica, nesta cidade e Comarca de Inocência-MS, encravado nos limites e confrontações seguinte: **Norte**, 31,65 metros, paralelo a Rua 15 de Novembro; **Sul**, com 31,221 metros, confronta-se com o lote 01, (área remanescente); **Nascente**, com 24,00 metros paralelo com a Rua Clarismundo Moreira da Silva e **Poente**, com 24,00 metros, frente para a Avenida Três Lagoas, objeto da matrícula nº 5.279, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Inocência-MS. - **BENFEITORIAS: IMÓVEL 01: -** Contém casa, curral, áreas de pastagens de capim brachiaria, servido com água do córrego Mestrinho e energia elétrica. - **IMÓVEL 02: -** Não possui benfeitorias. - **AVALIAÇÃO: IMÓVEL 01: Laudo de Avaliação de f. 247 -** Valor da avaliação para 15 de agosto de 2019 - Valor atribuído ao(s) bem(ns) juntamente com as benfeitorias neles existentes: - R\$ 265.207,00-(duzentos e sessenta e cinco mil, duzentos e sete reais). - **AVALIAÇÃO: IMÓVEL 02: Laudo de Avaliação de f. 246 -** Valor da avaliação para 14 de agosto de 2019 - Valor atribuído ao(s) bem(ns) sem benfeitorias: - R\$ 150.000,00-(cento e cinquenta mil reais). - **DEPOSITÁRIO: -** A própria executada. **ENDEREÇO PARA VISITAÇÃO: O** local da situação dos imóveis na cidade de Inocência-MS. - **ÔNUS: IMÓVEL 01 - AV.08/5.450.** Procolo: 14.383, de 16 de março de 2.009. A requerimento de Lázaro Lopes, advogado, para que fique constando o ajuizamento da Ação de Execução por Título Extrajudicial nº 007.09.100313-6, em que Lázaro Lopes move em face de Luceni Quintina Correia, por antecipação de penhora do imóvel da presente matrícula. - **AV. 09/5.450.** Protocolo: 14.475 de 13 de abril de 2.009. Procedo-se a esta averbação por determinação do MM. Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de Cassilândia-MS, Dr. Silvio C. Prado, através do ofício nº 3215673-M6549, expedido em 26.03.2.009, nos autos de Improbabilidade Administrativa nº 007.08.000598-1, em que o Ministério Público Estadual move em contra José Donizete Ferreira de Freitas e outros, para que fique constando a indisponibilidade do imóvel objeto desta matrícula pertencente a Luceni Quintina Correia. - **AV. 10/5.540.** Protocolo: 19.611, de 22 de maio de 2.013. Procedo-se a esta averbação por determinação do MM. Juiz Substituto da 2ª Vara da Comarca de Cassilândia-MS, Dr.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA
 JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA
 COMARCA DE CASSILÂNDIA-MS

Alexandre Miura Lura, através do ofício nº 0800984-66.2013.8.12.0007/M2660, expedido em 14 de maio de 2.013, nos autos Civil de Improbabilidade Administrativa nº 0800984-66.2013.8.12.0007, em que o Ministério Público Estadual move em contra Luceni Quintina Correia, para que fique constando que foi decretado o Sequestro e a Indisponibilidade do imóvel objeto desta matrícula pertencente a Luceni Quintina Correia. – **IMÓVEL 02 – AV. 08/5.279**. Protocolo: 14.383, de 16 de março de 2.009. A requerimento de Lázaro Lopes, advogado, para que fique constando o ajuizamento da Ação de Execução por Título Extrajudicial nº 007.09.100313-6, em que Lázaro Lopes move em face de Luceni Quintina Correia, por antecipação de penhora do imóvel da presente matrícula. - **AV. 09/5.279**. Protocolo: 14.475 de 13 de abril de 2.009. Procedo-se a esta averbação por determinação do MM. Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de Cassilândia-MS, Dr. Silvio C. Prado, através do ofício nº 3215673-M6549, expedido em 26.03.2.009, nos autos de Improbabilidade Administrativa nº 007.08.000598-1, em que o Ministério Público Estadual move em contra José Donizete Ferreira de Freitas e outros, para que fique constando a indisponibilidade do imóvel objeto desta matrícula pertencente a Luceni Quintina Correia. - **AV. 10/5.279**. Protocolo: 19.611, de 22 de maio de 2.013. Procedo-se a esta averbação por determinação do MM. Juiz Substituto da 2ª Vara da Comarca de Cassilândia-MS, através do ofício nº 0800984-66.2013.8.12.0007/M2660, expedido em 14 de maio de 2.013, nos autos Civil de Improbabilidade Administrativa nº 0800984-66.2013.8.12.0007, em que o Ministério Público Estadual move em contra Luceni Quintina Correia, para que fique constando que foi decretado o Sequestro e a Indisponibilidade do imóvel objeto desta matrícula pertencente a Luceni Quintina Correia. **VALOR DO DÉBITO ATUALIZADO:** Petição de f. 269/270 – Atualização para 14 de novembro de 2019 – Valor: R\$ 245.275,01 (duzentos e quarenta e cinco mil, duzentos e setenta e cinco reais e um centavo) – **DÉBITOS FISCAIS: F. 293** - Certidão Negativa de Débito nº 010538/2020-3, expedida em 03 de fevereiro de 2020, pela Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças do Município de Inocência-MS. **F. 292** – Certidão Negativa de Débitos Fiscais nº 1.0001/2020, expedida em 04 de fevereiro de 2020, pela Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças do Município de Inocência-MS. – **AÇÕES CÍVEIS: Certidão de Estadual Cível nº 4615185**, expedida pelo Cartório do Distribuidor da Comarca de Cassilândia-MS, em nome de Luceni Quintina Correia, em 20 de janeiro de 2020: **Comarca de Campo Grande:** Vara de Falências, Recuperações, Insolv. e CP Cíveis. Processo: 0011693-10.2015.8.12.0110 (Baixado). Ação: Carta Precatória Cível. Assunto: Citação. Data: 25/01/2016. Reqte: Ministério Público Estadual. Vara de Falências, Recuperações, Insolv. e CP Cíveis. Processo: 0353141-67.2008.8.12.0001 (Baixado) (001.08.353141-7). Ação: Carta Precatória - Justiça de Mato Grosso do Sul. Data: 25/09/2008. Autor: Ministério Público Estadual – **Comarca de Cassilândia-MS:** » 1ª Vara. Processo: 0000598-45.2008.8.12.0007 (007.08.000598-1). Ação: Ação Civil de Improbidade Administrativa. Assunto: Improbidade Administrativa. Data: 27/03/2008. Autor: Ministério Público Estadual. - 1ª Vara. Processo: 0000812-70.2007.8.12.0007 (007.07.000812-0). Ação: Sequestro. Assunto: Indenização do Prejuízo. Data: 13/04/2007. Reqte: M.P.E.. - 1ª Vara. Processo: 0002037-47.2015.8.12.0007. Ação: Cumprimento de sentença. Assunto: Violação aos Princípios Administrativos. Data: 02/09/2015. Exeqte: Ministério Público Estadual. - 2ª Vara. Processo: 0002106-60.2007.8.12.0007 (Baixado) (007.07.002106-2). Ação: Carta Precatória Cível. Data: 26/10/2007. Reqte: Portobens Administradora de Consórcios Ltda. - 2ª Vara. Processo: 0800409-58.2013.8.12.0007. Ação: Cumprimento de sentença. Assunto: Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens. Data: 20/02/2013. Exeqte: Ministério Público Estadual. - 2ª Vara. Processo: 0800984-66.2013.8.12.0007 (Em grau de recurso). Ação: Ação Civil de Improbidade Administrativa. Assunto: Enriquecimento ilícito. Data: 06/05/2013. Autor: M.P.E.. - 1ª Vara. Processo: 0900050-09.2019.8.12.0007. Ação: Cumprimento de sentença. Assunto: Causas Supervenientes à Sentença. Data: 20/05/2019. Exeqte: Ministério Público Estadual. – **Comarca de Três Lagoas-MS:** - 2ª Vara Cível. Processo: 0001673-33.2015.8.12.0021 (Baixado). Ação: Carta Precatória Cível. Assunto: Oitiva. Data: 23/03/2015. Reqte: Ministério Público Estadual. - 3ª Vara Cível. Processo: 0001912-81.2008.8.12.0021 (Baixado) (021.08.001912-0). Ação: Carta Precatória - Justiça de Mato Grosso do Sul. Data: 28/02/2008. Reqte: Ministério Público Estadual. – **Comarca de Inocência-MS:** - » Vara Única. Processo: 0000221-50.2009.8.12.0036 (Baixado) (036.09.000221-6). Ação: Carta Precatória - Justiça de Mato Grosso do Sul. Data: 13/05/2009. Exeqte: Lázaro Lopes. - Vara Única. Processo: 0000239-32.2013.8.12.0036 (Baixado). Ação: Carta Precatória Cível. Assunto: Improbidade Administrativa. Data: 15/05/2013. Autor: M.P.E.. - Vara Única. Processo: 0000391-85.2010.8.12.0036 (Baixado) (036.10.000391-0). Ação: Carta Precatória - Justiça de Mato Grosso do Sul. Data: 06/07/2010. Reqte: Ministério Público Estadual. - Vara Única. Processo: 0000457-50.2019.8.12.0036 (Baixado). Ação: Carta Precatória Cível. Assunto: Violação aos Princípios Administrativos. Data: 15/07/2019. Exeqte: Ministério Público Federal do Estado de Mato Grosso do Sul. - Vara Única. Processo: 0000459-20.2019.8.12.0036 (Baixado). Ação: Carta



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA
 JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA
 COMARCA DE CASSILÂNDIA-MS

Precatória Cível. Assunto: Liquidação / Cumprimento / Execução. Data: 16/07/2019. Exeqte: Ministério Público Federal do Estado de Mato Grosso do Sul. - Vara Única. Processo: 0000589-93.2008.8.12.0036 (Baixado) (036.08.000589-1). Ação: Carta Precatória - Justiça de Mato Grosso do Sul. Data: 06/11/2008. Reqte: Ministério Público Estadual. - Vara Única. Processo: 0000623-24.2015.8.12.0036 (Baixado). Ação: Carta Precatória Cível. Assunto: Improbidade Administrativa. Data: 23/10/2015. Autor: Ministério Público Estadual. - Vara Única. Processo: 0000674-69.2014.8.12.0036 (Baixado). Ação: Carta Precatória Cível. Assunto: Improbidade Administrativa. Data: 11/12/2014. Reqte: Ministério Público Estadual. - **Comarca de Água Clara-MS** - Vara Única. Processo: 0001142-91.2014.8.12.0049 (Baixado). Ação: Carta Precatória Cível. Assunto: Citação. Data: 02/10/2014. Autor: Ministério Público Estadual. - **AÇÕES E RECURSOS PENDENTES:** Não constam ações ou recursos pendentes de julgamento. - **DA INTIMAÇÃO:** Pelo presente edital ficam devidamente intimados a parte executada, fiel depositário, cônjuge, se for casado, sucessores, intervenientes, garantidores, fiadores, avalistas, herdeiros, os garantidos por hipoteca, credores de qualquer espécie, usufrutuários e demais interessados ausentes e desconhecidos ou arrolados no processo que não sejam parte na execução; porém, com garantia real ou penhora anteriormente averbada – Art. 889, do Código de Processo Civil. **DO PAGAMENTO:** Na hipótese de arrematação, o arrematante deverá pagar a comissão de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação diretamente ao leiloeiro, mediante transferência ou depósito bancários diretamente na conta corrente da empresa gestora **CANAL DE LEILÕES LTDA (CNPJ: 12.997.335/0001-05), SICREDI, AG: 0913, C/C: 64.896-5**. Em relação ao bem arrematado, o arrematante deverá depositar o valor da arrematação diretamente nos autos do processo acima referido, que deverá ser obtida no Site do Tribunal de Justiça do MS. **DAS CONDIÇÕES DE VENDA:** 1 -Os bens serão alienados no estado de conservação em que se encontram, sem garantia, constituindo ônus de o interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para a alienação judicial eletrônica (Art. 18 do Prov. nº 375/2016 – CSM/TJMS); 1.1 -O pregão está regido pelas disposições do Art.886 e seus incisos, do Código de Processo Civil; 2 -O primeiro pregão da alienação judicial eletrônica começa e termina nas datas e horários supra indicados; 3 -Não havendo lance superior à importância da avaliação no primeiro leilão seguir-se-á, sem interrupção, o segundo ato, que se estenderá até o fechamento do lote em dia e hora previsto neste edital (art. 25 do Prov. nº 375/2016 - CSM/TJMS); 4 -Em segundo pregão, não serão admitidos lances inferiores a 60 % (sessenta por cento) do valor da avaliação, sendo considerados vis lances inferiores (art. 891, CPC e art. 25 parágrafo único, Prov. nº 375/2016 – CSM/TJMS); 5 -Para que haja o encerramento do leilão este deverá permanecer por 3 (três) minutos sem receber outra oferta. Sobrevindo lance nos 3 (três) minutos antecedentes ao termo final da alienação judicial exclusivamente eletrônica, o horário de fechamento do pregão será prorrogado em 3 (três) minutos para que todos os usuários interessados tenham oportunidade de ofertar novos lances (art. 24 do Prov. n. 375/2016 - CSM/TJMS); 5.1- Durante o curso do leilão e antes do encerramento, pela preservação da transparência do certame caso ocorra; intercorrência, mudança, suspensão ou variação que no sistema eletrônico online, disponibilizado em rede mundial de computadores, que influencie na dinâmica regular do processo licitatório em andamento, poderá o leiloeiro interromper, restabelecer com prorrogação de tempo, cientificando o Juízo do ocorrido e fazendo constar da ATA DE LEILÃO; 6 -Durante a alienação, os lances deverão ser oferecidos diretamente no sistema do leiloeiro Judicial www.canaldeleiloes.com e imediatamente divulgados on-line a viabilizar a preservação do tempo real das ofertas, não sendo admitido sistema no qual os lances sejam realizados por qualquer forma de intervenção humana na coleta e no registro dos lances (art. 27 "caput" e parágrafo único do Prov. n. 375/2016 - CSM/TJMS); 7- A aquisição do(s) bem(ns) penhorado(s) se dará **mediante pagamento À VISTA**, sendo certo que o arrematante deverá efetivar o depósito do valor de seu lance diretamente nos autos do processo acima indicado, no prazo de 24:00 horas. Entretanto o interessado em adquirir o(s) bem(ns) penhorado(s) em prestações, poderá apresentar, por escrito, ao Juízo do Processo, proposta de pagamento do lance em prestações, antes da data do primeiro pregão, sendo que, neste caso, o valor do lance não poderá ser inferior ao valor da avaliação ou até o início do segundo pregão desde que o valor do lance não seja considerado preço vil, ou seja, menos de 50% (cinquenta por cento) do valor da avaliação, caso outro preço não tenha sido estipulado pelo Juiz (art. 891, CPC), de conformidade com as disposições contidas nos §§ 1º e 2º do art. 895, do novel Código de Processo Civil; 7.1 -O leiloeiro se obriga dar conhecimento durante o certame das demais condições de que trata o pagamento dos bens apregoados; 8 -A comissão devida ao leiloeiro, pelo arrematante, será no percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação; 8.1- Se o valor de arrematação for superior ao crédito do exequente, a comissão do leiloeiro público oficial e do corretor, assim como as despesas com remoção e guarda do bem, poderá ser deduzida do produto da arrematação (Art. 10, § 4º do Prov. n. 375/2016 - CSM/TJMS);



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA
 JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA
 COMARCA DE CASSILÂNDIA-MS

8.2 - Se houver desistência ou arrependimento do arrematante do bem arrematado, a comissão será devida da mesma forma; 8.3 - Não será devida a comissão ao leiloeiro público oficial e ao corretor na hipótese da desistência de que trata o art. 775 do Código de Processo Civil, de anulação da arrematação ou de resultado negativo da hasta pública (Art. 10, § 1º do Prov. n. 375/2016 - CSM/TJMS); 8.4 - Na concessão de isenção após a publicação do edital, a comissão será paga pela parte executada; se a concessão de isenção for anterior à publicação do edital de leilão, a comissão ficará a cargo do exequente, se este não efetivou a comunicação devida, anteriormente a publicação do edital. 8.5 - No caso de suspensão da alienação judicial eletrônica, em virtude de pagamento do débito à vista ou parcelado ou remição após a inclusão do bem em hasta, será devida pelo executado ao leiloeiro a comissão a ser determinado pelo Magistrado; 9 - Homologado o lance vencedor, o leiloeiro emitirá guia de depósito judicial identificado, vinculado ao Juízo da execução (art. 28 do Prov. n. 375/2016 - CSM/TJMS); 10 - O pagamento deverá ser realizado pelo arrematante em até 48 (quarenta e oito) horas, por depósito judicial ou por meio eletrônico (art. 892), salvo disposição judicial diversa; 11- Não sendo efetuados os depósitos, serão comunicados os lances imediatamente anteriores, para que sejam submetidos à apreciação do juízo, na forma do art. 895, §§ 4o e 5o, art. 896, § 2o, art. 897 e art. 898 do CPC, sem prejuízo da invalidação de que trata o art. 903 do Código de Processo Civil. (art. 31 do Prov. n. 375/2016 - CSM/TJMS); 12 – O arrematante que injustificadamente deixar de efetuar os depósitos, se assim o declarar o juiz do processo, terá seu nome inscrito no Cadastro de Arrematantes Remissos do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul – PJMS e não poderá mais participar das alienações judiciais eletrônicas no PJMS pelo período de um ano, podendo, ainda, ser responsabilizado por tentativa de fraude a leilão público (artigos 335 e 358 do Código Penal) e, também, por possíveis prejuízos financeiros a qualquer das partes envolvidas no leilão, aí incluída a comissão do leiloeiro (§ 2o, art. 23 da LEF e art. 32 do Prov. n. 375/2016 - CSM/TJMS); 13 - A arrematação será considerada perfeita, acabada e irrevogável tão logo assinado o auto de arrematação pelo arrematante e pelo leiloeiro público oficial, observadas as disposições do art. 903 do Código de Processo Civil (art. 30 do Prov. n. 375/2016 - CSM/TJMS). **DA TRADIÇÃO DOS BENS:** 14 – Desfeita a arrematação pelo Juiz por motivos alheios à vontade do arrematante, serão restituídos a este os valores pagos e relativos ao preço do imóvel arrematado e a comissão do Leiloeiro Judicial; 15 - Correrão por conta do arrematante as despesas e demais encargos relativos à remoção dos bens arrematados; 16 – Que os créditos tributários relativos aos impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse, e bem como os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuição de melhoria, sub-rogam-se sobre o respectivo preço, por eles não respondendo o adquirente. (CTN – Art.130 § único). 17 - A proposta de pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre as propostas de pagamento parcelado, conforme dispõe o artigo 895, § 7º do CPC. 18 - Correrão por conta do arrematante as despesas e os custos relativos à desmontagem, remoção, transporte e transferência patrimonial dos bens arrematados. Todas as informações necessárias para a participação dos licitantes no leilão, bem como quanto aos procedimentos e regras adotadas para sua validade poderão ser adquiridas através da Central de Atendimento do Canal de Leilões: 0800 605 2750 – 67 3044-2750. 18 - O presente edital, assim como as condições de venda estarão disponíveis na íntegra através do sítio www.canaldeleiloes.com. Também é possível encaminhar e-mails com dúvidas à central, através da seção “Dúvidas”, ou diretamente pelo e-mail: contato@canaldeleiloes.com As demais condições obedecerão ao que dispõe o CPC, o Provimento CSM nº 375/16, do TJMS, e os artigos 335 e 358, do CP; **DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS:** 19 -A Fazenda Pública poderá adjudicar os bens penhorados; 19.I - antes do leilão, pelo preço da avaliação, se a execução não for embargada ou se rejeitados os embargos; 19.II - findo o leilão: a) se não houver licitante, pelo preço da avaliação; b) havendo licitantes, com preferência, em igualdade de condições com a melhor oferta, no prazo de 30 (trinta) dias. Parágrafo Único - Se o preço da avaliação ou o valor da melhor oferta for superior ao dos créditos da Fazenda Pública, a adjudicação somente será deferida pelo Juiz se a diferença for depositada, pela exequente, à ordem do Juízo, no prazo de 30 (trinta) dias. (Art. 24, LEF). 20 - As demais condições obedecerão ao que dispõe o CPC, Provimento nº 375/2016 CSM/TJMS e os artigos 335 e 358, do CP; 20 - O leiloeiro público, o Tribunal de Justiça do Estado e o Estado de Mato Grosso do Sul não se enquadram na condição de corretores, intermediários; sendo o primeiro mero mandatário. Assim sendo, ficam eximidos de eventuais responsabilidades por defeitos ou vícios ocultos que possam existir em relação ao bem leiloado, nos termos do – Art.º 448 do Código Civil Brasileiro. **ENCERRAMENTO:** E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância ou eventual nulidade, determinou a expedição deste edital que será publicado e afixado na forma da lei.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA
COMARCA DE CASSILÂNDIA-MS
Cassilândia, 20 de Maio de 2020.

(Assinatura por certificação Digital)

Dr^(a). Flávia Simone Cavalcante
Juiz(a) de Direito